



Contas da Direção

2017

Federação Portuguesa de Badminton

**Balço - (modelo para ESNL) em
31-12-2017
(montantes em euros)**

Federação Portuguesa de Badminton

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente	4		
Ativos fixos tangíveis		391 835,19	294 311,90
Outros créditos e ativos não correntes		514,00	286,97
		392 349,19	294 598,87
Ativo corrente	7		
Inventários		10 461,99	5 169,74
Créditos a receber		35 996,78	37 179,45
Estado e outros entes públicos		20,92	20,92
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		26 991,79	21 490,01
Diferimentos		5 706,15	6 410,70
Caixa e depósitos bancários		37 931,19	65 363,01
		117 108,82	135 633,83
Total do ativo		509 458,01	430 232,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Fundos		165 733,82	46 605,03
Resultado líquido do período		70 462,19	119 128,79
Total dos fundos patrimoniais		236 196,01	165 733,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6		6 936,77
			6 936,77
Passivo corrente	6		
Fornecedores		124 460,38	112 109,71
Estado e outros entes públicos		5 197,29	4 932,74
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		64 869,13	48 329,49
Financiamentos obtidos		29 482,74	52 869,35
Diferimentos			4 000,00
Outros passivos correntes		12	49 252,46
		273 262,00	257 562,11
Total do passivo		273 262,00	264 498,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		509 458,01	430 232,70

Direção



Contabilista Certificado Nº 33960



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12
-2017
(montantes em euros)**

**Federação Portuguesa de
Badminton**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	168 333,62	180 034,53
Subsídios, doações e legados à exploração	10	523 911,16	532 945,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(16 266,85)	(17 291,36)
Fornecimentos e serviços externos	8	(173 871,59)	(159 449,36)
Gastos com o pessoal	12	(140 102,07)	(140 948,53)
Outros rendimentos	8	33 899,59	41 946,23
Outros gastos		(292 775,69)	(287 299,30)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		103 128,17	149 937,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(29 271,53)	(24 651,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		73 856,64	125 285,76
Juros e gastos similares suportados	6	(3 394,45)	(6 156,97)
Resultado antes de impostos		70 462,19	119 128,79
Resultado líquido do período		70 462,19	119 128,79

Direção



Contabilista Certificado Nº 33960



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2017
(montantes em euros)**

Federação Portuguesa de Badminton

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		158 774,52	164 474,88
Pagamentos de bolsas		38 107,63	50 788,09
Pagamentos a fornecedores		343 097,33	324 753,98
Pagamentos ao pessoal	12	94 578,31	93 721,03
Caixa gerada pelas operações		(317 008,75)	(304 788,22)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(417 900,68)	
Outros recebimentos/pagamentos			402 280,84
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		100 891,93	97 492,62
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	93 474,82	31 927,42
<i>Investimentos financeiros</i>		227,03	83,26
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(93 701,85)	(32 010,68)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	793,46	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	32 020,91	31 082,14
<i>Juros e gastos similares</i>	6	3 394,45	6 156,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(34 621,90)	(37 239,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(27 431,82)	28 242,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		65 363,01	37 120,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		37 931,19	65 363,01

Direção



Contabilista Certificado Nº 33960



DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 6		46 605,03						119 128,79	165 733,82		165 733,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								(119 128,79)	(119 128,79)		(119 128,79)
7								(119 128,79)	(119 128,79)		(119 128,79)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								70 462,19	70 462,19		70 462,19
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								(48 666,60)	(48 666,60)		(48 666,60)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		119 128,79							119 128,79		119 128,79
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6+7+8+10		165 733,82						70 462,19	236 196,01		236 196,01

7

2

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	37 931,19		37 931,19
11	Caixa	2 601,78		2 601,78
12	Depósitos à ordem	35 329,41		35 329,41
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	68 715,64	273 262,00	(204 546,36)
22	Fornecedores	3 512,05	124 460,38	(120 948,33)
221	Fornecedores c/c		124 460,38	(124 460,38)
2211	Fornecedores gerais		124 460,38	(124 460,38)
228	Adiantamentos a fornecedores	3 512,05		3 512,05
24	Estado e outros entes públicos	20,92	5 197,29	(5 176,37)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	20,92	2 063,66	(2 042,74)
245	Contribuições para a Segurança Social		3 133,63	(3 133,63)
25	Financiamentos obtidos		29 482,74	(29 482,74)
251	Instituições de crédito e sociedades financeiras		29 482,74	(29 482,74)
2511	Empréstimos bancários		29 482,74	(29 482,74)
26	Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	26 991,79	64 869,13	(37 877,34)
268	Outras operações	26 991,79	64 869,13	(37 877,34)
2685	Beneficiários das mutualidades - Subvenções	26 991,79	64 869,13	(37 877,34)
27	Outras contas a receber e a pagar	32 484,73	49 252,46	(16 767,73)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)	536,84	25 334,40	(24 797,56)
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	536,84		536,84
2722	Credores por acréscimos de gastos		25 334,40	(25 334,40)
278	Outros devedores e credores	31 947,89	23 918,06	8 029,83
28	Diferimentos	5 706,15		5 706,15
281	Gastos a reconhecer	5 706,15		5 706,15
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	10 461,99		10 461,99
32	Mercadorias	10 461,99		10 461,99
321	Mercadorias gerais	10 461,99		10 461,99
4	INVESTIMENTOS	978 529,24	586 180,05	392 349,19
41	Investimentos financeiros	514,00		514,00
415	Outros investimentos financeiros	514,00		514,00
4157	Outros investimentos financeiros - FCT	514,00		514,00
43	Ativos fixos tangíveis	915 195,24	586 180,05	329 015,19
433	Outros ativos fixos tangíveis	915 195,24	586 180,05	329 015,19
4331	Terrenos e recursos naturais	39 903,83		39 903,83
4332	Edifícios e outras construções	413 521,95		413 521,95
4333	Equipamento básico	111 089,35		111 089,35
4334	Equipamento de transporte	171 911,17		171 911,17
4335	Equipamento administrativo	142 285,93		142 285,93
4337	Outros ativos fixos tangíveis	36 483,01		36 483,01

Direção



Contabilista Certificado N.º 33960



Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
4338	Depreciações acumuladas		586 180,05	(586 180,05)
43382	Edifícios e outras construções		196 541,84	(196 541,84)
43383	Equipamento básico		38 958,09	(38 958,09)
43384	Equipamento de transporte		171 911,18	(171 911,18)
43385	Equipamento administrativo		142 471,51	(142 471,51)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		36 297,43	(36 297,43)
45	Investimentos em curso	62 820,00		62 820,00
455	Adiantamentos por conta de investimentos	62 820,00		62 820,00
4553	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	62 820,00		62 820,00
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		165 733,82	(165 733,82)
51	Fundos		165 733,82	(165 733,82)
6	GASTOS	655 682,18		655 682,18
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16 266,85		16 266,85
611	Mercadorias	11 097,11		11 097,11
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 169,74		5 169,74
62	Fornecimentos e serviços externos	173 871,59		173 871,59
622	Serviços especializados	51 382,57		51 382,57
6221	Trabalhos especializados	14 538,60		14 538,60
6222	Publicidade e propaganda	1 123,81		1 123,81
6223	Vigilância e segurança	6 132,58		6 132,58
6224	Honorários	6 888,00		6 888,00
6226	Conservação e reparação	22 699,58		22 699,58
623	Materiais	9 024,07		9 024,07
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 894,04		7 894,04
6233	Material de escritório	772,48		772,48
6234	Artigos para oferta	357,55		357,55
624	Energia e fluidos	64 330,23		64 330,23
6241	Eletricidade	45 715,39		45 715,39
6242	Combustíveis	9 795,91		9 795,91
6243	Água	186,85		186,85
6248	Outros	8 632,08		8 632,08
625	Deslocações, estadas e transportes	223,58		223,58
6251	Deslocações e estadas	223,58		223,58
626	Serviços diversos	48 911,14		48 911,14
6261	Rendas e alugueres	8 628,06		8 628,06
6262	Comunicação	7 872,25		7 872,25
6263	Seguros	4 925,11		4 925,11
6265	Contencioso e notariado	1 020,70		1 020,70
6267	Limpeza, higiene e conforto	8 153,22		8 153,22

Direção



Contabilista Certificado Nº 33960



Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
6268	Outros serviços	18 311,80		18 311,80
63	Gastos com o pessoal	140 102,07		140 102,07
632	Remunerações do pessoal	116 228,75		116 228,75
635	Encargos sobre remunerações	22 951,43		22 951,43
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	921,89		921,89
64	Gastos de depreciação e de amortização	29 271,53		29 271,53
642	Ativos fixos tangíveis	29 271,53		29 271,53
6422	Edifícios e outras construções	15 060,91		15 060,91
6423	Equipamento básico	14 210,62		14 210,62
68	Outros gastos	292 581,43		292 581,43
681	Impostos	2 192,81		2 192,81
6812	Impostos indiretos	1 266,18		1 266,18
6813	Taxas	926,63		926,63
688	Outros	17 711,64		17 711,64
6881	Correções relativas a períodos anteriores	16 602,36		16 602,36
6883	Quotizações	310,00		310,00
6888	Outros não especificados	799,28		799,28
689	Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	272 676,98		272 676,98
6891	Subsídios, donativos, bolsas de estudo	272 676,98		272 676,98
69	Gastos de financiamento	3 588,71		3 588,71
691	Juros suportados	3 588,71		3 588,71
6911	Juros de financiamentos obtidos	3 394,45		3 394,45
6918	Outros juros	194,26		194,26
7	RENDIMENTOS		726 144,37	(726 144,37)
71	Vendas		8 382,00	(8 382,00)
712	Produtos acabados e intermédios		8 382,00	(8 382,00)
72	Prestações de serviços		159 951,62	(159 951,62)
721	Quotas dos utilizadores		60 102,11	(60 102,11)
724	Rendimentos de patrocinadores e colaborações		39 084,21	(39 084,21)
725	Serviços secundários		60 765,30	(60 765,30)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		523 911,16	(523 911,16)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		523 911,16	(523 911,16)
78	Outros rendimentos		33 899,59	(33 899,59)
781	Rendimentos suplementares		28 986,03	(28 986,03)
7813	Estudos, projetos e assistência tecnológica		10 030,00	(10 030,00)
7816	Outros rendimentos suplementares		18 956,03	(18 956,03)
782	Descontos de pronto pagamento obtidos		22,59	(22,59)
788	Outros		4 890,97	(4 890,97)
7881	Correções relativas a períodos anteriores		1 996,13	(1 996,13)

Balancete analítico em 31-12-2017
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de
Badminton

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
7888	Outros não especificados		2 894,84	(2 894,84)
8	RESULTADOS			
	Total	1 751 320,24	1 751 320,24	0,00

Direção



Contabilista Certificado Nº 33960



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Federação Portuguesa de Badminton

ANO : 2017

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

- 1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 Referencial contabilístico utilizado

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 3.6 Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

4 - Ativos fixos tangíveis

- 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
- 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

6 - Custos de empréstimos obtidos

- 6.1 Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:
- 6.2 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

7 - Inventários

- 7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
- 7.2 Quantia escriturada de inventários

8 - Rendimentos e gastos

- 8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

- 9.1 Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 9.5 Outras divulgações

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

12 - Benefícios dos empregados

12.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

12.3 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

13.2 Outras divulgações

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2 Informação por atividade económica

15.3 Informação por mercado geográfico

15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

16 - Outras divulgações

16.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

18 - Impostos e contribuições

18.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

18.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

20 - Fluxos de caixa

20.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:



Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Badminton
Sede social: Rua Júlio César Machado, 80
Endereço electrónico: sede@fpbadminton.pt
Página da internet: www.fpbadminton.pt
Natureza da actividade: Outras atividades desportivas, n.e.
Natureza da jurídica: PCUP (pessoa coletiva de utilidade pública)

Composição direcção:

PRESIDENTE

Horácio Miranda de Ornelas Bento Gouveia

DIRECÇÃO

Director Carlos Manuel Cordeiro de Paiva

Director José Elísio Pereira Louro

Director Luís da Costa Durando (apresentação de demissão a 24.09.2017)

Director Sónia Filipa Meira de Oliveira Lopes

Suplente Fernando Dinis Simões Costa de Almeida e Silva

Suplente Marco Nuno Figueira Gomes

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a norma para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se isenta a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), em virtude de ser uma instituição de utilidade pública, não praticando quaisquer atividades e atos fora do âmbito.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clubes, Associações, outros

As contas de "clubes e associações" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários



Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.6. Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Enquadramento da política

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adoptado pela empresa (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente excepto se a alteração for exigida por uma norma ou resulte em informação mais fiável e relevante.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas serão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Erros do período corrente e erros não materiais de períodos anteriores descobertos no período são corrigidos antes de as demonstrações financeiras serem emitidas.

Erros materiais de períodos anteriores são corrigidos retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras após a sua descoberta.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas ou estimativas

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 Dez 2016.

Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.



4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Enquadramento da política

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos pelo custo.

A mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica: Edifícios e outras construções

Vida útil (anos): 10 e 50

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento básico

Vida útil (anos): 7 - 14

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento Transporte

Vida útil (anos): 4

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento Administrativo

Vida útil (anos): 3 - 5

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Outros Ativos fixos

Vida útil (anos): 1 - 7

Valor residual (%): 0%

As vidas úteis, os valores residuais e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	39 903,83	413 521,95	47 114,53	171 911,17	142 285,93		36 483,01			851 220,42
Depreciações acumuladas		181 480,93	24 747,47	171 911,18	142 471,51		36 297,43			556 908,52
Saldo no início do período	39 903,83	232 041,02	22 367,06	(0,01)	(185,58)		185,58			294 311,90
Variações do período		(15 060,91)	49 764,20						62 820,00	97 523,29
Total de aumentos			63 974,82						62 820,00	126 794,82
Aquisições em primeira mão			63 974,82						62 820,00	126 794,82
Total diminuições		15 060,91	14 210,62							29 271,53
Depreciações do período		15 060,91	14 210,62							29 271,53
Saldo no fim do período	39 903,83	216 980,11	72 131,26	(0,01)	(185,58)		185,58		62 820,00	391 835,19
Valor bruto no fim do período	39 903,83	413 521,95	111 089,35	171 911,17	142 285,93		36 483,01		62 820,00	978 015,24
Depreciações acumuladas no fim do período		196 541,84	38 958,09	171 911,18	142 471,51		36 297,43			586 180,05

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	39 903,83	413 521,95	21 539,24	171 911,17	142 285,93		36 483,01			825 645,13
Depreciações acumuladas		165 766,62	18 310,32	169 411,18	142 471,51		36 297,43			532 257,06
Saldo no início do período	39 903,83	247 755,33	3 228,92	2 499,99	(185,58)		185,58			293 388,07
Variações do período		(15 714,31)	19 138,14	(2 500,00)						923,83
Total de aumentos			25 575,29							25 575,29
Aquisições em primeira mão			25 575,29							25 575,29
Total diminuições		15 714,31	6 437,15	2 500,00						24 651,46
Depreciações do período		15 714,31	6 437,15	2 500,00						24 651,46
Saldo no fim do período	39 903,83	232 041,02	22 367,06	(0,01)	(185,58)		185,58			294 311,90
Valor bruto no fim do período	39 903,83	413 521,95	47 114,53	171 911,17	142 285,93		36 483,01			851 220,42
Depreciações acumuladas no fim do período		181 480,93	24 747,47	171 911,18	142 471,51		36 297,43			556 908,52

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Enquadramento da política

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Contudo, os encargos financeiros que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo são incluídos no custo desse activo, se for provável a obtenção de benefícios económicos futuros para a entidade e se forem fiavelmente mensurados.

6.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	29 482,74	29 482,74		3 588,71	3 394,45				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	29 482,74	29 482,74		3 588,71	3 394,45				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos	29 482,74	29 482,74		3 588,71	3 394,45				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	59 806,12	52 869,35	6 936,77	6 156,97	6 156,97				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	59 806,12	52 869,35	6 936,77	6 156,97	6 156,97				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos	59 806,12	52 869,35	6 936,77	6 156,97	6 156,97				

7 - Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos directos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros directamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

Estão incluídas nas matérias subsidiárias os materiais usados pela FPB no desenvolvimento das suas atividades.

A fórmula de custeio das saídas consiste no custo médio ponderado.

7.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		5.169,74	5.169,74		5.362,54	5.362,54
Compras	21.559,10		21.559,10	15.853,56	1.245,00	17.098,56
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	10.461,99		10.461,99		5.169,74	5.169,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11.097,11	5.169,74	16.266,85	15.853,56	1.437,80	17.291,36
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Enquadramento da política

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

a) Venda de bens: o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- a empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

b) Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

c) Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efectivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	8 382,00	9 355,10
Prestação de serviços	159 951,62	170 679,43
Total	168 333,62	180 034,53

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Enquadramento da política

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os gastos que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

9.5. Outras divulgações

Não ocorreram circunstâncias que originem a necessidade de reconhecimento de provisões.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Enquadramento da política

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com activos fixos tangíveis não depreciáveis ou activos intangíveis com vida útil indefinida serão

mantidos no capital próprio exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Subsídios do Governo na forma de activos não monetários devem ser mensurados pelo justo valor do activo (tal como o próprio activo), a menos que o mesmo não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal (normalmente definida no contrato de concessão do subsídio).

A FPB recebe para o seu desenvolvimento subsídios estatais nomeadamente do IPDJ para o desenvolvimento das suas atividades desportivas e organizativas. Estes são atribuídos mediante contratos-programas contratualizados entre as partes e que podem abranger toda a atividade geral, como algumas competições e/ou eventos mais específicos. São os proveitos destes registados sempre no ano do contrato respetivo.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período	523 911,16	523 911,16	7 193,81	7 193,81
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	523 911,16	523 911,16	7 193,81	7 193,81
Total	523 911,16	523 911,16	7 193,81	7 193,81

O valor de subsídios recebidos no valor total de 523.911,16 são decompostos pelas seguintes entidades:
Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ): 371.625,00
Comité Olímpico de Portugal: 10.000,00
Câmara Municipal de Caldas da Rainha: 85.592,35
Fundação do Desporto: 49.500,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional: 7.193,81

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período	529 389,13	529 389,13	3 555,88	3 555,88
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	529 389,13	529 389,13	3 555,88	3 555,88
Total	(529 389,13)	(529 389,13)	(3 555,88)	(3 555,88)

12 - Benefícios dos empregados

12.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Enquadramento da política

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento
- b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego; os planos podem ser de dois tipos:
 - i. planos de contribuição definida, em que a empresa efectua contribuições de montante fixado e a sua responsabilidade é limitada a essas quantias; as contribuições são registadas como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento
 - ii. planos de contribuição definida, em que a empresa assume directamente os pagamentos aos beneficiários, assumindo o risco relacionado com o cálculo actuarial desses benefícios; esse cálculo consiste na determinação de um capital que, à data da reforma, seja suficiente para pagar uma renda vitalícia ao beneficiário; esse capital é registado como passivo (eventualmente líquido dos activos que lhe estão afectos) e as contribuições anuais para a manutenção desse capital são registadas como gastos
- c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos
- d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
Pessoas remuneradas	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
Pessoas a tempo completo	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
(das quais pessoas remuneradas)	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	9,00	17 103,00	9,00	17 960,00
Masculino	4,00	7 605,00	5,00	10 120,00
Feminino	5,00	9 498,00	4,00	7 840,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

12.3. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

O presidente, os membros da direção e os restantes órgãos sociais não são remunerados.

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	140 102,07	140 948,53
Remunerações do pessoal	116 228,75	114 197,60
Encargos sobre as remunerações	22 951,43	22 823,55
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	921,89	1 911,92
Outros gastos com o pessoal, dos quais:		2 015,46

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Os acontecimentos após a data do balanço e até à data de autorização para emissão (presente data) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço foram refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

13.2. Outras divulgações

Não existem factos relevantes ocorridos após a data do balanço a referir.

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	8 382,00	8 382,00
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	8 382,00	8 382,00
Prestações de serviços	159 951,62	159 951,62
Compras	21 559,10	21 559,10
Fornecimentos e serviços externos	173 871,59	173 871,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	16 266,85	16 266,85
Mercadorias	16 266,85	16 266,85
Número médio de pessoas ao serviço	9,00	9,00
Gastos com o pessoal	140 102,07	140 102,07
Remunerações	116 228,75	116 228,75
Outros gastos	23 873,32	23 873,32
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	391 835,19	391 835,19
Total das aquisições	126 794,82	126 794,82
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	9 355,10	9 355,10
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	9 355,10	9 355,10
Prestações de serviços	170 679,43	170 679,43
Compras	17 098,56	17 098,56
Fornecimentos e serviços externos	159 449,36	159 449,36
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	17 291,36	17 291,36
Mercadorias	15 853,56	15 853,56
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 437,80	1 437,80
Número médio de pessoas ao serviço	9,00	9,00
Gastos com o pessoal	140 948,53	140 948,53
Remunerações	114 197,60	114 197,60
Outros gastos	26 750,93	26 750,93
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	294 311,90	294 311,90
Total das aquisições	25 575,29	25 575,29
Propriedades de investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	8 382,00			8 382,00
Prestações de serviços	159 951,62			159 951,62
Compras	21 559,10			21 559,10
Fornecimentos e serviços externos	173 871,59			173 871,59
Aquisições de ativos fixos tangíveis	126 794,82			126 794,82
Rendimentos suplementares:	28 986,03			28 986,03
Estudos projetos e assistência tecnológica	10 030,00			10 030,00
Outros rendimentos suplementares	18 956,03			18 956,03

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	9 355,10			9 355,10
Prestações de serviços	131 119,93	4 150,00	35 409,50	170 679,43
Compras	2 923,56	14 175,00		17 098,56
Fornecimentos e serviços externos	159 449,36			159 449,36
Aquisições de ativos fixos tangíveis	25 575,29			25 575,29
Rendimentos suplementares:	28 817,99			28 817,99
Aluguer de equipamento	10 085,01			10 085,01
Outros rendimentos suplementares	18 732,98			18 732,98

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no art. 210º da Lei 110/2009, de 16 setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados em 2017 pelo Revisor Oficial de Contas foram de 6.642,00 euros.

16 - Outras divulgações

16.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A Federação Portuguesa de Badminton (FPB) foi até 26 de setembro de 2014 a única entidade a gerir a utilização do Centro de Alto Rendimento (CAR - Badminton), com todos os custos inerentes a essa situação. O mesmo é pertença da Câmara Municipal de Caldas da Rainha (CMCR), sendo que a partir desta data foi constituída e tomada posse da comissão de gestão local, composta por um representante da CMCR, um do IPDJ e um da FPB. O modelo de gestão está definido e a ser implementado desde 01 de janeiro de 2015. Como vem sido âmbito, a cargo da FPB estará a completa e livre gestão desportiva e financeira da polivalência. A CMCR contribuiu com uma verba monetária (85.592,35), bem como o IPDJ continua a contribuir desta forma, ao aceitar que se registem custos com o CAR nos valores a serem imputados aos seus relatórios e planos orçamentais. Estas duas entidades tem poder de Tutela.

A unidade Ginásio enquadrada no CAR encontra-se em funcionamento, utilizada por atletas federados, sendo igualmente uma fonte de receita regular que ameniza os custos de funcionamento por ele gerados.

Os processos judiciais (a correr em Tribunal), que, neste momento, temos em curso são os seguintes:

A) – Processo n.º 970/17.0T8PTM (Tribunal Judicial da Comarca de Faro – Juiz 1 de Portimão), instaurado contra Pedro Miguel Assunção Martins:

Obtivemos sentença favorável, condenando o referido Pedro Martins a justificar despesas no valor de € 5.656,33 + € 1.200,00, sob pena de ser obrigado a restituir estes dois valores à FPB. Essa justificação ainda não ocorreu;

B) – Processo n.º 1044/17.9T8PTM (Tribunal Judicial da Comarca de Faro – Juiz 2 de Portimão), instaurado contra António Henriques Ramos Pinto Leite:

1. Obtivemos sentença favorável, condenando o referido António Pinto Leite a entregar relatório referente à participação nos Jogos Olímpicos do “Rio 2016”;

2. Entretanto, com o seu falecimento, o processo tornou-se supervenientemente inútil, nada mais sendo possível fazer, face ao carácter pessoal, indisponível e intransmissível da obrigação condenatória em causa.

C) – Processo n.º 86/17.9T8PNI (Tribunal Judicial da Comarca de Leiria – Peniche), instaurado contra Telma Isabel da

Silva Santos:

1. Pede-se a condenação desta na justificação documental de € 2.034,45 + € 4.769,26;
2. Foi apresentada contestação, por parte daquela;
3. Aguardamos marcação de audiência prévia, a que se seguirá audiência final.
4. O desfecho deste processo, depende do resultado da apreciação, pelo Tribunal, da prova carreada e produzida em audiência. Não é previsível a data da respectiva decisão final/sentença e sua definitividade.

18 - Impostos e contribuições

18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A entidade encontra-se isenta a impostos sobre os lucros em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	70 462,19	119 128,79
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

18.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos	20,92	2 063,66	20,92	1 964,60
Contribuições para a Segurança Social		3 133,63		2 968,14
Total	20,92	5 197,29	20,92	4 932,74

20 - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, excepto quanto a:

- (a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente;
- e
- (b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos.

Os juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são registados à taxa de câmbio da data do fluxo de caixa.

Os pagamentos de bolsas incluem os pagamentos efetuados a praticantes, com exceção dos prémios pagos em torneios que são considerados em Outros pagamentos/ recebimentos.

Os recebimentos de subsídios estatais para financiamento da atividade são também considerados como Outros pagamentos/ recebimentos.

Os pagamentos de juros a terceiros são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

